

Costumes, cultura e organização social: um olhar para a população indígena residentes na aldeia de Umariçu I e II, no Município de Tabatinga – Amazonas¹

Customs, culture, and social organization: a perspective on the indigenous population residing in the Umariçu I and II villages, in the municipality of Tabatinga, Amazonas, Brazil

Francisca Francielis Azevedo Mafra de Oliveira²

Resumo

As populações indígenas residentes nas aldeias de Umariçu I e II, no município de Tabatinga-Am, incorporam uma rica tapeçaria de costumes, cultura e organização social que refletem séculos de tradição e resiliência. Essas comunidades, aninhadas no coração da floresta amazônica, mantêm identidades culturais únicas por meio de seus rituais, expressões artísticas e estruturas sociais, que servem tanto como base para a coesão comunitária quanto como testemunho de sua herança ancestral. As populações indígenas de Umariçu I e II exemplificam um mosaico cultural vibrante e resiliente, intrinsecamente tecido por meio de seus costumes, práticas artísticas, estruturas sociais e idioma. Embora suas tradições sirvam como âncoras vitais para sua identidade, ameaças externas e desafios da modernização representam riscos significativos para sua continuidade cultural, neste sentido através de uma revisão de literatura, bem como de observações in loco esta investigação teve como objetivo fazer uma apresentação da população indígena residentes nas aldeias de Umariçu I e II, no município de Tabatinga - Am. A pesquisa teve uma abordagem qualitativa, de cunho investigativo, e, por tratar-se de um estudo científico, esta foi desenvolvida no pensamento de Gil (2002). Como resultado desta pesquisa, espera-se apresentar dados importantes e significativos para demonstrar a importância da população indígena como herança de nossos povos originários.

Palavras-chave: População indígena, Organização Social, Costumes, Cultura

Abstract

The indigenous populations residing in the villages of Umariçu I and II, in the municipality of Tabatinga-AM, embody a rich tapestry of customs, culture, and social organization that

¹ Artigo extraído, da Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Metodista de São Paulo, da Faculdade de Humanidades e Direito – FAHUD, no ano de 2020.

² Professora GRADUADA em Normal Superior pela Universidade do Estado do Amazonas, ano 2006, GRADUADA em Pedagogia pela Universidade do Estado do Amazonas, ano 2016, GRADUADA em Ciências Sociais pela Faculdade UNICA de Ipatinga - MG em 2021, MESTRA em Educação pela Universidade Metodista de São Paulo- UMESP ano 2020

reflect centuries of tradition and resilience. These communities, nestled in the heart of the Amazon rainforest, maintain unique cultural identities through their rituals, artistic expressions, and social structures, which serve both as a basis for community cohesion and as a testament to their ancestral heritage. The indigenous populations of Umariáçu I and II exemplify a vibrant and resilient cultural mosaic, intrinsically woven through their customs, artistic practices, social structures, and language. While their traditions serve as vital anchors for their identity, external threats and challenges of modernization pose significant risks to their cultural continuity. In this sense, through a literature review as well as in situ observations, this investigation aimed to present the indigenous population residing in the villages of Umariáçu I and II, in the municipality of Tabatinga-AM. This research adopted a qualitative, investigative approach, and, being a scientific study, was developed within the framework of Gil's (2002) thought. As a result of this research, it is expected to present important and significant data demonstrating the importance of the indigenous population as a legacy of our original peoples.

Keywords: Indigenous population, Social organization, Customs, Culture

INTRODUÇÃO

As populações indígenas residentes nas aldeias de Umariáçu I e II, no município de Tabatinga, Amazonas, incorporam uma rica tapeçaria de costumes, cultura e organização social que refletem séculos de tradição e resiliência. Essas comunidades, aninhadas no coração da floresta amazônica, mantêm identidades culturais únicas por meio de seus rituais, expressões artísticas e estruturas sociais, que servem tanto como base para a coesão comunitária quanto como testemunho de sua herança ancestral. No entanto, elas também enfrentam inúmeros desafios decorrentes de influências externas e da modernização, que ameaçam a preservação de suas práticas culturais.

Esta investigação explora as facetas complexas de seus costumes, práticas artísticas, organização social, uso da língua e os esforços contínuos para sustentar sua integridade cultural, lançando luz sobre a vida vibrante e as lutas persistentes desses grupos indígenas. Os anciãos e figuras espirituais desempenham papéis cruciais na manutenção da coesão social, na mediação de disputas e na orientação das práticas culturais, garantindo assim a estabilidade e a continuidade da comunidade em meio a pressões externas. O artesanato, incluindo trabalhos intrincados com miçangas, cerâmica e tecidos, simboliza a identidade cultural e é frequentemente usado durante cerimônias ou como meio de sustento econômico por meio de mercados locais.

Nas aldeias os rituais não são estáticos; eles se adaptam ao longo do tempo, mas seu significado central permanece enraizado na manutenção da coesão cultural e do bem-estar espiritual. As variações entre as duas aldeias nas práticas rituais podem ser atribuídas a diferentes influências históricas ou interações com comunidades vizinhas, que enriquecem e

diversificam suas expressões culturais, preservando, ao mesmo tempo, suas raízes indígenas compartilhadas. As populações indígenas exemplificam um mosaico cultural vibrante e resiliente, intrinsecamente tecido por meio de seus costumes, práticas artísticas, estruturas sociais e idioma.

No entanto, pressões externas, como o aumento do contato com populações de língua portuguesa e sistemas formais de educação, ameaçam a vitalidade dos dialetos nativos. Como resultado, as gerações mais jovens frequentemente vivenciam mudanças linguísticas, o que gera preocupações sobre a erosão da diversidade linguística. Os esforços de preservação incluem a documentação de histórias orais, a promoção da educação bilíngue e o incentivo a festivais culturais que celebram a língua e as expressões indígenas. Essas iniciativas são vitais para a manutenção de seu patrimônio linguístico, que é inseparável de sua identidade cultural e visão de mundo.

TABATINGA – AMAZONAS: A CIDADE FRONTEIRIÇA

Tabatinga é uma palavra de origem indígena, que no Tupi significa “barro branco” de muita viscosidade, encontrado no fundo dos rios e no Tupi Guarani quer dizer “casa pequena”. A cidade de Tabatinga deriva do povoado de São Francisco Xavier de Tabatinga, fundada na primeira metade do séc. XVIII, por Fernando da Costa Ataíde Teives, que para ali transferiu um destacamento militar do Javari (mais ao sul, na fronteira Brasil-Peru), estabelecendo-se um posto de guarda de fronteiras entre domínios do Reino de Portugal e da Espanha. Também como postos militares de fronteira foram criados, mais tarde (década de 30, do séc. XX), do lado brasileiro, Vila Ipiranga e Vila Bittencourt, os dois outros pontos povoados de maior expressão.

Tabatinga foi por um longo período um subdistrito de Benjamim Constant, que era o distrito-sede da região. Foi a partir de 10 de dezembro de 1981, através da Emenda Constitucional nº 12, do estado do Amazonas, que Tabatinga desmembrou-se de Benjamim Constant, tornando-se um município autônomo, sendo instalado em 1º de janeiro de 1983. É hoje um município brasileiro, no interior do estado do Amazonas, região Norte do país, pertencente à mesorregião do sudoeste amazonense, microrregião do Alto Solimões. Em 2018, a população do município era de 65.844 habitantes, segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). Tabatinga subiu uma posição e passou a ser o sexto mais populoso município do Amazonas.

Tabela 01: Dados demográficos do Município de Tabatinga-Am

POPULAÇÃO RURAL	15.908
POPULAÇÃO URBANA	36.371
POPULAÇÃO TOTAL	52.272
TOTAL DE MULHERES	25.931
TOTAL DE HOMENS	26.341

Fonte: IBGE 2010

O município está localizado no oeste do estado do Amazonas, na tríplice fronteira entre o Brasil, a Colômbia e o Peru, tendo sido criado em 1983. Está localizado no meio da selva amazônica, à margem esquerda do Rio Solimões. Sua temperatura oscila entre 25° e 32° C. Possui uma área de 3.239,3 km². Toda a região está coberta por florestas (altas, baixas e pouco densas) e, hidrograficamente, pertence à bacia do rio Amazonas, sendo banhada pelos rios Solimões, Içá, Japurá e vários de seus afluentes, tais como: Apapóris, Traíra, Puretê, Puruê e Cunha.

Distância da sede para Manaus: Distância em linha reta: 1.105 km. Distância em via fluvial: 1.607 km. As vias de acesso para Tabatinga: Aeroporto Internacional Eduardo em Manaus – Aeroporto Internacional de Tabatinga.

Porto Fluvial: Manaus – Tabatinga e (translado ligando ao Peru e Colômbia).

MAPA 01. LOCALIZAÇÃO DA CIDADE DE TABATINGA



Fonte: IBGE 2010 adaptado por: RUBEM, 2012.

As cidades de Tabatinga e Leticia (Colômbia) são interdependentes, no tocante ao abastecimento das populações. Todavia, o único marco limítrofe é um poste com as duas bandeiras, o que faz com que a população local transite livremente entre os dois países como se as duas cidades fossem uma. O acesso mais frequente à Colômbia é pela Avenida da Amizade, que começa no Aeroporto Internacional de Tabatinga e termina dentro de Leticia.

Fig. 01: DIVISA DA FRONTEIRA BRASIL – COLÔMBIA



Fonte: Portal Tabatinga, 2020.

Composição Étnica

A população do município de Tabatinga é altamente miscigenada. É composta por brasileiros, peruanos, colombianos e dentre estes, os indígenas de diversas etnias, cuja maioria é da etnia Ticuna. Dentre os brasileiros em Tabatinga, existe a população rotativa, correspondente aos militares das forças armadas, bancários e pessoas que trabalham para órgãos públicos (promotor, juiz, delegados e agentes da PF, forças especiais da polícia estadual, como, por exemplo, ESFROM e nacional, exemplo, Força Nacional etc.), que vão à Tabatinga passar temporadas ou de pessoas de outros órgãos administrativos federais como a Polícia Federal a Receita Federal, Justiça Federal, Ministério Público Estadual, Procuradoria Geral da República e Receita Federal do Brasil. A partir de 2008, e com mais intensidade após o terremoto de 2010, houve a chegada de haitianos que vieram através da fronteira com o Peru e, mais recentemente, a partir de 2019, percebe-se a presença de alguns venezuelanos.

Economia

O custo de vida em Tabatinga é um pouco elevado, em virtude da distância da capital, todavia, a cidade fronteiriça, Letícia, dá suporte mais favorável, haja vista que tal cidade é livre de todo imposto colombiano, recebendo mercadorias vindas pelo canal do Panamá e Bogotá. A população tabatinguense vai à cidade colombiana para fazer compras diversas, onde varia do supermercado aos móveis de casa. Os produtos mais procurados são os eletrodomésticos, móveis e principalmente os perfumes importados, cujos preços correspondem a 40% do valor dos perfumes em Manaus e outras capitais. Existe um comércio local de vestuários e calçados, no centro de Tabatinga, principalmente na Rua Marechal Mallet, literalmente comandado pelos árabes. Há também um grande fluxo de mercadorias peruanas, vindas da ilha de Santa Rosa – Peru, na região do porto e próxima ao Mercado Público, onde os peruanos instalaram e administram pequenos mercadinhos e quitandas.

O Exército Brasileiro é um dos maiores empregadores do município. Depois dele, vêm outros órgãos públicos. O município também possui agricultores, mas eles não suprem as necessidades locais e os moradores acabam tendo que recorrer aos vizinhos peruanos e colombianos. Há um lixo a céu aberto, como na maioria dos municípios do Amazonas e do Brasil, o que demonstra a omissão dos poderes competentes em cumprir as normas brasileiras que dispõem sobre a destinação de resíduos.

Diante dessa situação, algumas pessoas em situação de miséria econômica tiram seu sustento do lixo local. A maioria dessas pessoas não é brasileira, sendo a maior parcela delas de origem peruana. Existe uma grande variedade de hotéis, hospedarias, dos mais variados preços. Em relação aos bancos, existem três que atendem a população: Banco do Brasil, Bradesco e Caixa Econômica Federal. Além de casas lotéricas e bancos expressos.

Saúde

Tabatinga possui um hospital que é administrado pelo Exército e, apesar de atender a população fronteiriça (brasileiros, colombianos, peruanos e outros), deixa muito a desejar, pois com o novo acordo firmado com a prefeitura, desde 2019, após as 13h não recebe nenhum civil para atendimento. Existe ainda um Complexo de Saúde, administrado pelo Governo do Amazonas, que engloba uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), com consultórios para atendimento clínico, de urgência e emergência, e a Maternidade Enfermeira Celina Villatrez Ruiz, que também está em situação precária, com a falta de recursos básicos de segurança e higiene pessoal, como luvas e máscaras.

Há, ainda, Unidades Básicas de Saúde administradas pelo município e um Laboratório de Fronteiras de Tabatinga (Lafron), administrado pelo Governo do Estado do Amazonas, e clínicas particulares, nas áreas de odontologia, atendimento psicológico, infantil e análises clínicas. Na maioria das vezes, a cidade de Letícia, com uma infraestrutura hospitalar bem superior, supre a falta de profissionais em Tabatinga e conta com os mais variados especialistas, em diversas clínicas particulares. São poucos, no entanto, que podem usufruir desses serviços, pois geralmente os preços das consultas e exames são muito altos

Educação

Há, em Tabatinga, escolas municipais, estaduais e duas federais (núcleo Militar de Manaus e Instituto Federal do Amazonas - IFAM), que oferecem ensino médio de forma integrada e subsequente, além de instituições de ensino privadas, que atendem à população nos ensinos fundamental e médio. Quanto ao ensino superior, há um Centro de Estudos Superiores, da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), pelo núcleo do Instituto Federal do Amazonas (IFAM) e por polos de ensino à distância (EAD) de algumas instituições particulares de ensino superior, como a Universidade Paulista (UNIP). Há também o acesso por via fluvial ao campus da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), situado em Benjamin Constant. É válido destacar que muitos jovens indígenas, após concluírem o ensino médio na aldeia, conseguem ingressar nas universidades e institutos, existentes na cidade, através da lei de cotas, outros ainda optam pelo serviço militar: exército, marinha ou aeronáutica. Aqueles cujas condições financeiras são melhores, estudam nas universidades particulares e procuram por cursos técnicos, geralmente na área da saúde, como técnicos de enfermagem ou técnicos em análises clínicas.

CONHECENDO OS ÍNDIOS TICUNAS: QUEM SÃO E ONDE ESTÃO LOCALIZADOS?

Por meio de escritos etnográficos já existentes, pretende-se dar ao leitor a oportunidade de conhecer o contexto cultural, social e educacional do povo Ticuna. Nos tópicos que seguem, serão abordados os seguintes pontos acerca dos Ticunas: quem são e onde estão localizados, aspecto social, sua língua, suas atividades produtivas como meio de sobrevivência, artesanato, etc. Como embasamento teórico, utilizou-se, principalmente, os trabalhos realizados por Pacheco de Oliveira (2002) e Soares (2001). Os Ticuna são originários do igarapé Eware, situado nas nascentes do igarapé São Jerônimo (*Tonatiü*),

tributário da margem esquerda do rio Solimões, no trecho entre Tabatinga e São Paulo de Olivença, onde estão localizadas 42 das 59 aldeias existentes” (Oliveira, 2002, p. 280).

Segundo Oliveira (2002), para os indígenas Ticunas, foi *Yo’i* [um dos principais heróis culturais] que pescou os primeiros Ticunas das águas vermelhas do igarapé *Eware* (próximo às nascentes do igarapé São Jerônimo). Estes eram os *Magüta* (literalmente, “conjunto de pessoas pescadas com vara”; do verbo *magü*, “pescar com vara”, e do indicativo de coletivo *-ta*), que passaram a habitar nas cercanias da casa de *Yo’i*, na montanha chamada *Taiwegine*. Este é para os Ticunas um local sagrado, onde residem alguns dos imortais e onde estão os vestígios materiais de suas crenças (como os restos da casa ou a vara de pescar usada por *Yo’i*).

Esse povo vivia no alto dos igarapés afluentes da margem esquerda do rio Solimões, no trecho em que este entra em terras brasileiras até o rio Içá/Putumayo. Houve um intenso processo de deslocamento em direção ao Solimões. No início, mantiveram sua tradicional distribuição espacial, em malocas clânicas, e na década de 1970, havia mais de cem aldeias. Hoje, essa distribuição das aldeias Ticunas modificou-se substancialmente. Sabe-se ainda que alguns índios desceram o rio até Tefé e outros municípios do médio Solimões, enquanto outros fixaram-se no município de Beruri, no baixo curso do Solimões, bastante próximo à cidade de Manaus.

No alto Solimões, contudo, os Ticunas são encontrados em todos os seis municípios da região, a saber: Tabatinga, Benjamim Constant, São Paulo de Olivença, Amaturá, Santo Antônio do Içá e Tonantins. Sua população está distribuída em mais de 20 terras indígenas.

Estudos, como de Oliveira (2002), mostram que a sociedade Ticuna está dividida em metades exogâmicas (só é possível casar-se com um membro da outra metade) não-nominadas, cada qual composta por clãs. Estes grupos clânicos patrilineares (isto é, o pertencimento ao clã é transmitido de pai para filho) são reconhecidos por um nome que é geral a todos, *kĩ’a*. Em português, os índios traduziram por nação.

O conjunto de clãs ou nações identificadas por nomes de aves forma uma metade, enquanto as demais, identificadas por nomes de plantas, formam a outra. Mesmo os clãs Onça e Saúva (ver quadro a seguir), um mamífero e um inseto, são associados à metade “Planta” por razões descritas na mitologia Ticuna. A condição de membro de um clã confere a um indivíduo uma posição social, sem a qual não seria reconhecido como Ticuna. Cada clã Ticuna é constituído por outras unidades, os subclãs. Nesse sistema social, cada indivíduo pertence

simultânea e necessariamente a várias unidades sociais (metade exogâmica, clã e subclã), uma vez que elas estão contidas umas nas outras.

Aspectos de organização social

Conforme Oliveira (2002), a cultura Ticuna também possui aspectos de organização social que impactam diretamente nos relacionamentos amorosos da juventude, assim como as sociedades ocidentais não indígenas. No caso dos Ticunas, dividem-se, geralmente, em famílias, formadas por pessoas com as quais tenham laços afetivos e/ou consanguíneos. De modo geral, namoros e casamentos são feitos entre pessoas de famílias diferentes ou que não sejam irmãos e irmãs.

No caso dos Ticunas, existem dois grandes grupos chamados nações, que poderiam ser lidas como duas famílias distintas: a nação “com pena” e a nação “sem pena”. Cada nação é dividida em subgrupos, que os *Magüta* (autodenominação dos Ticuna) chamam de clãs. A nação com pena é composta por clãs com nomes de aves, como arara vermelha, maguari, mutum e galinha. Já a nação sem pena é formada por clãs com nomes de animais e plantas como onça, boi, saúva, jenipapo, açaí e buriti. Dessa forma não é permitido o relacionamento amoroso entre pessoas da mesma nação, o que faz com que um jovem cujo clã faz parte da nação sem pena só possa relacionar-se com outra pessoa de um clã da nação com pena.

A Língua

Para SOARES (2001), a língua Ticuna é uma língua tonal, considerada como geneticamente isolada, que apresenta complexidades em sua fonologia e em sua sintaxe. Nesse sentido, a língua identifica as práticas tradicionais e a cultura de um povo. Essa é a premissa da iniciativa da Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) que, ao longo de 2019, celebrou o Ano Internacional das Línguas Indígenas, que tem como objetivo chamar a atenção para a importância dessas línguas para a riqueza cultural global. A presidente da Assembleia Geral da ONU, María Fernanda Espinosa, destacou a conexão íntima entre línguas indígenas e cultura e conhecimentos ancestrais, dizendo que estas são muito mais do que ferramentas para comunicação, são canais para que legados humanos sejam transmitidos.

Dessa forma, percebe-se que cada língua indígena tem um valor incalculável para a humanidade, cada uma tem um tesouro repleto de história, valores, literatura, espiritualidade, perspectivas e conhecimento, desenvolvido e colhido ao longo de milênios. Para María Fernanda Espinosa (2019) “Quando uma língua morre, ela leva consigo toda a memória que

está dentro dela”. Línguas indígenas são símbolos da identidade de um povo, “vetores para valores, estilos de vida e expressões de suas ligações com a Terra” (2019), afirmou a presidente da Assembleia Geral. Línguas indígenas também abrem as portas para práticas e conhecimentos ancestrais, como em agricultura, biologia, astronomia, medicina e meteorologia. No entanto, “embora ainda haja 4.000 línguas indígenas no mundo, muitas estão à beira da extinção” (ESPINOSA, 2019.).

Segundo estimativa da UNESCO (2010), grande parte dessas línguas, faladas por povos indígenas, continuarão a desaparecer em um ritmo alarmante, levando consigo suas histórias, tradições e memórias. Diante desse cenário, algumas iniciativas, como a produção de material didático nessas línguas, seu ensino nas escolas, a maior incorporação delas pelos serviços prestados pelo estado, como saúde e educação, e também a formação de professores indígenas no Amazonas, têm contribuído de alguma forma para que elas sejam fortalecidas e preservadas.

Segundo SOARES (2001), a língua Ticuna é amplamente falada em uma área extensa por numerosos falantes (acima de 30.000), cujas comunidades se distribuem por três países: Brasil, Peru e Colômbia. Nas aldeias que se encontram do lado brasileiro, o uso intensivo da língua Ticuna não chega a ser ameaçado pela proximidade de cidades (quando é o caso) ou mesmo pela convivência com falantes de outras línguas no interior da própria área Ticuna. Nas aldeias, esses outros falantes são minoritários e acabam por se submeter à realidade Ticuna, razão pela qual, talvez, não representem uma ameaça do ponto de vista linguístico. Exemplificam essa situação os Kaixana (ou Caixana), os Kokama (ou Cocama) e os Kanamari - os dois primeiros presentes em várias aldeias Ticuna e os últimos com presença reportada em um número muito pequeno dessas aldeias.

Os Kaixana são falantes de português. Os Kokama que, no lado brasileiro vivem entre os Ticuna, não têm mais o Kokama como sua língua materna, papel majoritariamente desempenhado pelo português; alguns poucos Kokama lembram-se de palavras, sequências ou frases na língua Kokama, sendo que a maioria tem como meta readquirir-la de algum modo - o que vem sendo feito no âmbito da educação escolar indígena. Com relação aos Kanamari, que vivem entre os Ticuna, no Brasil, não se tem notícia de que tenham deixado de falar sua própria língua - o Kanamari, pertencente à família Katukina -, nem que essa língua se sobreponha à realidade linguística Ticuna, no interior da própria área Ticuna.

Para SOARES (2001), em termos de suas propriedades específicas, o Ticuna apresenta pontos em comum com algumas outras línguas indígenas faladas no Brasil, ao mesmo tempo

em que oferece características desafiadoras, quer quanto à fonologia, quer quanto à sintaxe. Tais características podem ser observadas nos estudos de Soares (2001) e Montes (1995), que realizam pesquisa direta sobre essa língua, respectivamente, no Brasil e na Colômbia.

Em municípios do estado do Amazonas nos quais são encontradas aldeias Ticuna, escuta-se a língua Ticuna sempre que seus falantes, transitando por essas cidades, dirigem-se a outros Ticunas, igualmente em trânsito ou aí fixados. Com relação ao uso da língua pelos filhos daqueles que, falantes de Ticuna, fixaram-se em cidades, é possível observar que esse uso tem, entre suas variáveis mais fortes, a atitude dos pais em relação à própria língua: quando tal atitude é norteadada pela valorização da língua Ticuna e pelo que é próprio do universo Ticuna, a língua usada pelos pais com seus filhos é o Ticuna (casos frequentes); quando não, a língua Ticuna deixa de ser usada e cede lugar ao português (casos raros).

Com relação aos Ticunas que, por razões diversas, deslocaram-se para a capital do estado do Amazonas, Manaus, esses vivem mais dramaticamente a imposição da língua dominante (o português) e de seus veículos - razão pela qual reúnem-se por meio de projetos, que têm por meta, entre outras coisas, manter viva sua língua. Um dos grandes obstáculos ao fortalecimento das línguas indígenas é o preconceito linguístico sofrido pelos índios que, muitas vezes, têm a sua língua materna ignorada pelo poder público ou considerada "menos importante", principalmente quando migram aos ambientes urbanos e entram em contato direto com os falantes do português.

O índio já é excluído socialmente, então, quando ele chega numa escola onde falam de outra forma, ele vai fazer um esforço imenso para se apropriar do português. Muitos pais nas aldeias rejeitam a língua indígena aos filhos para protegê-los dos preconceitos que eles mesmos sofreram. Para essa língua sobreviver, o professor que vai lecionar nessa aldeia tem que ser muito convincente da importância daquela língua para aquele povo. Infelizmente, a tendência é esse silenciamento, apesar das iniciativas de valorização das línguas, a preservação e o fortalecimento delas deve partir da própria comunidade (SOARES, 2001)

Dessa forma para SOARES (2001), a língua Ticuna é, de modo geral, intensamente falada por crianças, jovens e adultos, na vida quotidiana, inclusive em aldeias próximas às cidades. Dada a extensão da área em que é falada, constitui um campo fértil e ainda virgem para o estudo da variação linguística. Assim, tipo isolado único, o Ticuna é importante para o conhecimento das línguas naturais e para a compreensão da história dos povos e das línguas indígenas faladas no Brasil.

Atividades produtivas como meio de sobrevivência

Os Ticunas praticavam o cultivo de espécies nativas como a macaxeira, o cará, uma espécie de cana-de-açúcar e outros tubérculos. Antigamente, com uma alimentação baseada na

carne de caça, a pesca tinha uma importância mínima e era praticada com uma tecnologia de cercados e envenenamento dos peixes com o sumo do timbó (Oliveira, 1988). Essa situação, no entanto, inverteu-se a partir da ocupação das várzeas do Solimões. Ao longo dos tempos, a pesca tem se tornado uma das atividades produtivas mais importantes para os Ticunas. A pescaria é um trabalho dos homens. A pesca conjunta é muito rara, mesmo entre moradores da mesma casa. Antigamente, a grande maioria dos Ticunas costumava pescar de caniço e flecha, agora costumam utilizar grandes redes e malhadeiras e os melhores locais para a prática da pesca são os numerosos lagos que margeiam o rio Solimões. A criação de animais entre os Ticunas não costuma ser muito expressiva. A maioria das famílias possui poucas galinhas, mas estas são criadas soltas e apenas para o consumo próprio ou para vender na cidade vizinha. Além da galinha, costumam criar patos e porcos.

É possível observar ainda que cada família Ticuna possui sua roça e a considera de sua propriedade. Mas não se trata de propriedade da terra, nem mesmo de propriedade coletiva. Nas roças da família trabalham, em geral, o pai, sua esposa e os filhos mais velhos que ainda não são casados. No entanto, os filhos homens, maiores e solteiros, poderão ter uma roça própria quando casarem. Os mais idosos têm também roças independentes de seus filhos e genros, mesmo quando moram na mesma casa. Quando mais de uma família vivem em uma mesma casa, elas costumam trabalhar separadas, cada uma em sua respectiva roça.

Além da mão-de-obra familiar, os Ticunas contam com uma outra ajuda na agricultura por parte de parentes e amigos. É o *ajuri*, estruturados sobre os grupos vicinais, que são realizados com frequência em todas as aldeias. Em um *ajuri*, o dono da roça é responsável pela comida e bebida dos seus convidados. Ele prepara o *pajuaru*, bebida fermentada feita de mandioca ou macaxeira, e providencia peixe e farinha para todos os participantes. Ao terminar o serviço, os participantes vão à casa do dono do *ajuri*, onde passam a noite em cantos e danças. Para Oliveira, 2002, o *ajuri* pode ser realizado em qualquer etapa da produção, bastando que o dono da roça necessite da ajuda dos integrantes de seu grupo vicinal. Existem, portanto, o *ajuri* da derrubada, o da colheita, o da palha (em que os convidados levam a palha e a trançam para a cobertura da casa do dono do *ajuri*), o da canoa etc. O trabalho que aquela família demoraria vários dias para fazer é terminado em uma manhã de trabalho conjunto dos parentes e vizinhos.

Os produtos mais plantados são: a macaxeira e a mandioca, a banana, o abacaxi, a cana e o cará, além do milho e da melancia, no período da seca (verão), quando estas roças que são de várzea estão sendo trabalhadas. Alguns desses produtos têm seu excedente comercializado.

Além destes, podemos ainda citar algumas frutas como a pupunha, o mapati, o açaí, o abiu e o cupuaçu, que também são muito fáceis de se cultivar na região.

As frutas mais comuns nas aldeias Ticunas são: mapati (*tchinã*), umari (*te'tchi*), ingá (*pama*), abiu (*tao*), castanha (*nhoi*), pupunha (*itu*), cupuaçu (*cupu*), sapota (*otere*) e açaí (*waira*). As capoeiras onde os índios vão colher as frutas são, em geral, localizadas nas suas antigas roças, que deixaram em repouso, preservando as árvores frutíferas. Essas frutas, geralmente, são vendidas na feira livre, dentro da comunidade, ou são levadas para serem vendidas na cidade.

Fig. 2: Pupunha



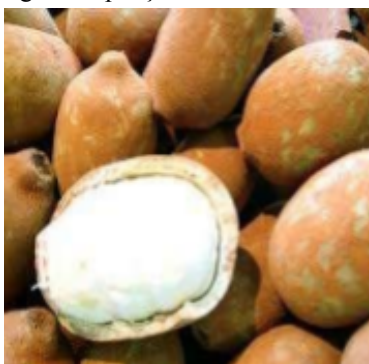
Fonte: arquivo pessoal

Fig.3: Buriti



Fonte: arquivo pessoal

Fig. 4: Cupuaçu



Fonte: arquivo pessoal

Fig.5: Abiu



Fonte: arquivo pessoal

Fig.6: Açaí



Fonte: arquivo pessoal

Nota-se que a influência da tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru, bem como do convívio com povos não indígenas, tem contribuído para muitas mudanças que ocorreram com os povos indígenas dessa região, tanto no que se refere a mudanças na alimentação e meio de sobrevivência, como no repasse da própria cultura dos antigos para os mais novos indígenas. Fato que se pode observar no dia a dia das comunidades indígenas, pois, em média uma vez por mês, quando vão à cidade para retirar seus benefícios do governo, como aposentadoria, os índios acabam trazendo para a aldeia fardos de arroz, açúcar, óleo, pacotes de refrigerantes, caixas de frangos congelados, bebidas alcólicas, etc.

Aldeias de Umariáçu I e II

As comunidades de Umariáçu I e II estão localizadas às margens do rio Solimões e fazem divisa com as terras da área militar do 8º Batalhão de Infantaria da Selva de Tabatinga. Uma estrada de concreto e casas simples de madeira e alvenaria, algumas ainda cobertas de palhas, são as primeiras imagens que marcam o cenário da comunidade de Umariáçu I. Um pouco mais adiante, uma grande ponte de concreto sob o rio Solimões divide as duas comunidades, que são povoadas, principalmente, por indígenas da etnia Ticuna.

Para Costa (2015), a comunidade Umariáçu surgiu a partir da compra de uma fazenda, que serviu para os Ticunas como refúgio, durante o período em que estes se encontravam sob o domínio dos patrões seringalistas, no século XX. Foi uma das primeiras áreas indígenas Ticuna demarcadas nesta região, tendo sua origem nas antigas terras do Posto Indígena Ticuna (PIT), criado em 1942, então administrado pelo antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI), no início da década de 1940.

Estudos realizados por Oliveira Filho (1988), na área do Umariáçu, constatou que o processo de formação se deu bem antes da existência da reserva. “Durante o recenseamento daquela aldeia ficou claro que esses grupos estavam localizados em um mesmo ponto da reserva há mais de três décadas” (OLIVEIRA FILHO, 1988, p. 198).

A partir da promulgação da Constituição Brasileira, de 1988, dar os direitos constitucionais aos povos indígenas parte do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), em particular no artigo 231, no qual está prescrita uma variedade de elementos a respeito da natureza de vínculos de posse, ocupação e domínio nas terras destinadas aos índios (FUNAI/TABATINGA-AM, 2012). Diante do poder constitucional do Governo Federal, ficam catalogadas as Comunidades do Umariáçu I e II como reserva indígena protegida pelo Ministério da Justiça e FUNAI, artigo 231 da Constituição Federal, Artigo 18 s 1º, Lei 6001/73 e o artigo Nº 161, do Código Penal.

Fig. 7: JOVENS INDÍGENAS ÀS MARGENS DO RIO PRÓXIMO À DIVISA DAS DUAS COMUNIDADES



Fonte: Créditos: UNFPA Brasil/ Paula Nishizima

O caminho da cidade até as comunidades, em alguns momentos, mostra uma vista fascinante de trechos do Rio Solimões, nome dado à continuidade do Rio Amazonas desde a sua confluência com o Rio Negro, próximo a Manaus (AM), e que se estende até essa região de tríplice fronteira. Já na entrada da comunidade de Umariáçu II, vê-se uma feira livre. São barracas individuais ou apenas grandes mesas ou até mesmo um plástico estendido no chão, que abriga o comércio de peixes, carnes de animais silvestres, sacos de farinha, frutas típicas e outros produtos vendidos por moradores indígenas. Todas as tardes, muitos não índios vão até a comunidade adquirir esses produtos que, na maioria das vezes, têm seus preços mais acessíveis.

Fig.8: PONTE DE CONCRETO SOB O RIO SOLIMÕES QUE LIGA A COMUNIDADE DE UMARIAÇU I À UMARIAÇU II



Fonte: própria, 2020

Fig. 9: FEIRA LIVRE NA COMUNIDADE DE UMARIAÇU II



Fonte própria, 2020

É comum observar um grande número de crianças transitando a pé pela comunidade, são os filhos dos indígenas que, a partir dos três anos de idade (ou até menos), já caminham livremente pelas ruas e estradas da comunidade. Muitos jovens, adolescentes e crianças aglomeram-se nas proximidades da ponte, que liga as duas aldeias, para tomar banho no rio, andar de canoas e até pescar.

As casas são, na maioria das vezes, de piso de alvenaria e o resto de madeira. Ainda é possível encontrar algumas casas de palha, mas são raras. Como a aldeia fica próxima à cidade, os índios procuram, de certa forma, imitar os costumes dos não índios. Algo muito comum de se ver na aldeia são casas simples, mas com antena parabólica, televisão e até sky,

além da motocicleta estacionada do lado de fora da casa, uma vez que é o veículo mais utilizado nessa região.

A comunidade de Umariáçu I possui uma população de cerca de 8.400 pessoas e Umariáçu II possui, aproximadamente, 5.600 moradores (SESAI, 2018). A comunidade de Umariáçu II conta com um polo base do Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Solimões (DSEI), vinculado à Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), do Ministério da Saúde. O polo destina-se a serviços como atendimento em saúde, vacinação e coleta de material para exames e atende os indígenas das duas comunidades. O Distrito Sanitário Especial Indígena do Alto Rio Solimões, fica localizado em Tabatinga (AM) e abrange toda a área correspondente às margens do rio Solimões, no norte do estado do Amazonas até a fronteira com a Colômbia.

As comunidades contam com escolas tanto da rede municipal como da rede estadual e alguns jovens indígenas já estudam nas universidades do município e do município vizinho e nos Institutos de ensino profissionalizante que são: Universidade Estadual do Amazonas - UEA, Instituto Federal do Amazonas - IFAM, Centro de Treinamento Profissional do Amazonas - CETAM, além da Universidade Federal do Amazonas – UFAM, que fica localizada em uma cidade próxima de Tabatinga, cujo acesso é apenas pelo rio Solimões; os alunos levam em torno de 45 minutos de lancha rápida para chegar à referida cidade.

Vale destacar que no município de Tabatinga também existe um polo da Universidade Paulista de São Paulo - UNIP, um polo da Universidade FAVENI que são particulares e oferecem a educação à distância em diversas áreas, tanto em nível de graduação quanto em pós-graduação.

Interessante notar que, além das comunidades no Brasil, o povo Ticuna também se encontra em partes da Colômbia e do Peru, onde falam o espanhol como terceiro idioma. Para os indígenas que tem dupla nacionalidade, ou seja, que nasceram na Colômbia e que os pais são brasileiros, há também a possibilidade de estudar em Letícia/Colômbia, que faz fronteira com Tabatinga.

Ainda na comunidade de Umariáçu II encontra-se um espaço destinado às apresentações culturais. Um grande palco, feito de alvenaria e coberto de zinco, que chama a atenção pelas belas pinturas, feitas pelos próprios indígenas, com figuras de animais típicos da região. A riqueza de detalhes e a diversidade de cores demonstram a criatividade presente nessas pinturas, advindas desse povo.

Fig. 10: PALCO DESTINADO AOS EVENTOS CULTURAIS DA COMUNIDADE



Fonte própria, 2020.

A arte Indígena

Uma das formas de representação artística que os indígenas desenvolvem é a pintura corporal, que é usada em certos rituais e de acordo com o gênero e a idade. Sua finalidade é indicar os grupos sociais ou a função de cada indivíduo na tribo. As tintas usadas nessa arte são naturais, ou seja, são feitas de plantas e frutos. O jenipapo é o fruto mais utilizado para fazer tinta. Os índios o utilizam para escurecer a pele, enquanto o urucum, por sua vez, dá o tom vermelho. Já o branco é conseguido através da Tabatinga. São as mulheres que pintam os corpos, cujos desenhos carregam valor simbólico, visando retratar um momento ou um sentimento específico.

Fig. 11: Crianças indígenas pintadas com Jenipapo



Fonte própria, 2020

Fig. 12: Indígenas Pintados para eventos especiais



Fonte: site historiadasartes.com 2020.

Cada tribo e cada família desenvolvem padrões de pintura fiéis ao seu modo de ser. Nos dias comuns, a pintura pode ser bastante simples, conforme mostra a figura das crianças, porém, nas festas, nos combates, mostra-se requintada, cobrindo também a testa, as faces, as costas e o nariz. A pintura corporal é geralmente uma função feminina; a mulher pinta os corpos dos filhos e do marido. Para as cores e desenhos, utilizam-se pigmentos vegetais como matéria prima, feitos de jenipapo, carvão ou urucum. Assim como a pintura corporal, a arte plumária serve para se enfeitar, como mantos, máscaras, cocares, e passam aos seus portadores elegância e majestade.

Os adereços com penas e plumas são muito especiais porque não estão associadas a nenhum fim utilitário, mas apenas a pura busca da beleza. As plumas são utilizadas nos rituais e coladas diretamente no próprio corpo. Elas servem também para ornamentar máscaras, colares, braçadeiras, brincos, pulseiras e cocares, os quais são feitos de penas e de caudas de aves. Tal como a pintura corporal, a arte plumária serve também para indicar os grupos sociais. Na maior parte, são os homens que desenvolvem a arte plumária. Essa arte passa por um ritual: primeiro a caça, passando pelo tingimento (a chamada *tapiragem*), pelo corte nas formas desejadas, e por fim, a amarração.

Há tribos que destinam as pinturas ao uso cotidiano, deixando as plumas para as comemorações e rituais indígenas, inclusive funerais.

Fig.13: Cocar típico indígena



Fonte própria, Museu Maguta janeiro 2020

Fig. 14: Cocar indígena, produzido pelos Índios Ticunas



Fonte própria, Museu Maguta janeiro 2020

Também fazem parte do artesanato indígena os cestos que são utilizados para uso doméstico, na manutenção e transporte de alimentos, mas também podem ser comercializados. São mais confeccionados pelas mulheres, que desenvolvem variadas formas de trançados, em diferentes formatos. Os tipos mais comuns de utensílios são: Cestos-coadores - para coar líquidos; Cestos-tamises - para peneirar farinha; Cestos-recipientes - para guardar diferentes materiais; Cestos-cargueiros - para transportar cargas

Fig.15: Cestos Cargueiros



Fonte: Museu Magüta, 2020.

Fig. 16: Cestos Recipientes



Fonte: Museu Magüta, 2020

As máscaras indígenas apresentam um simbolismo sobrenatural. Elas são feitas de cascas de árvores ou outros materiais como palha e cabaças e podem ser enfeitadas com plumagem. Normalmente, são utilizadas em ritos cerimoniais. Um exemplo é a tribo dos

Karajá, que se serve das máscaras durante a dança do *Aruanã*, com o objetivo de representar heróis que conservam a ordem mundial. As máscaras indígenas, de um modo geral, representam as entidades que conflitavam com os índios no passado. Deste modo, as festas e danças são feitas para alegrar e acalmar essas mesmas entidades.

Fig. 17: Máscaras confeccionadas pelos indígenas



Fonte: Museu Magüta, 2020

Fig. 18: Máscaras confeccionadas pelos indígenas



Fonte: Museu Magüta, 2020

Os rituais indígenas

Os Ticunas possuem vários rituais para marcar fatos importantes, no entanto, optou-se em se destacar apenas a Festa da Moça Nova, que celebra a passagem da infância à puberdade das meninas. Durante o ritual, os homens usam máscaras cerimoniais, feitas com entrecascas de árvores e pinturas naturais. O ritual da moça é um rito de passagem, ao menstruar pela primeira vez, a moça que protagoniza o ritual é submetida à depilação do couro cabeludo, que é realizada na presença de convidados, do seu futuro noivo e dos membros da família dela. Durante o ritual, a moça recebe orientação dos pais e parentes sobre como deverá se comportar para manter sua vida, construir e manter também a futura família. Este ritual tem a duração de três dias. Após o rito, a adolescente (moça nova) entra na vida adulta e está pronta para se casar e formar uma nova família.

Fig. 19 Jovens indígenas durante o Ritual de Pelação



Fonte: Google, 2020

A Festa da Moça Nova, ou seja, da menina que se torna mulher, é muito importante para os Ticunas, pois eles consideram a fase da puberdade muito perigosa, período em que as jovens podem ser influenciadas por maus espíritos. O ritual tem por objetivo iniciar as meninas-moças na vida adulta e é composto por eventos expressivos, como:

- **Clausura** – construção do local (*turi*) onde a menina ficará isolada;
- **Convite** – aos Tikunas de outros clãs;
- **Pintura Corporal** – da Moça Nova e dos convidados;
- **Ornamentos** – carregados de profundo significado;
- **Mascarados** – representando seres mitológicos;
- **Músicas e instrumentos musicais** – selecionados especificamente;
- **Pelação** – momento em que os cabelos da moça nova são arrancados;
- **Purificação** – representada pelo banho.

Ritos, tradições e valores marcam o povo Ticuna das aldeias de Umariáçu I e II, no Município de Tabatinga – Amazonas, povo este que são o berço do desenvolvimento humano na região do Alto Solimões, povo que tem em sua história de sobrevivência marcada por grandes lutas e conquistas e que sem dúvidas, são referência de desenvolvimento não apenas social mas também de uma cultura viva. A pesquisa aqui apresentada foi desenvolvida a partir da observação direta da pesquisadora. Pelo fato da mesma ser moradora de Tabatinga-Am, cidade vizinha às aldeias investigadas, já havia uma relação de convívio com a comunidade indígena, além do fato de já ter sido professora da rede municipal de ensino do município.

REFLEXÕES CONCLUSIVAS

As comunidades indígenas que residem nas aldeias de Umariáçu I e II, no município de Tabatinga, Amazonas, incorporam uma rica tapeçaria de costumes, cultura e organização social meticulosamente preservada ao longo de gerações. Essas aldeias servem como repositórios vivos de práticas tradicionais, histórias orais e estruturas sociais que não apenas definem sua identidade coletiva, mas também moldam suas interações com o meio ambiente e as influências externas.

Os costumes e rituais tradicionais das populações indígenas de Umariáçu I e II são parte integrante de sua identidade cultural, servindo como práticas sagradas que promovem a união da comunidade e a conexão espiritual. Expressões culturais como música, dança, contação de histórias e artesanato servem como meios vitais para a transmissão cultural e o fortalecimento dos laços comunitários entre os grupos indígenas nessas aldeias.

A organização social em Umariáçu I e II é estruturada em torno de sistemas de parentesco que ditam os papéis familiares, as responsabilidades sociais e a participação comunitária. As redes familiares extensas formam a base da coesão social, com os anciãos ocupando posições reverenciadas por sua sabedoria e experiência. As hierarquias de liderança frequentemente incluem chefes de aldeia ou líderes espirituais, aos quais são confiadas a tomada de decisões, a resolução de conflitos e a orientação das atividades comunitárias.

A língua é um pilar da identidade cultural para as populações indígenas, com dialetos nativos amplamente utilizados na vida diária, em rituais e em sessões de contação de histórias. A preservação de sua língua indígena é um esforço consciente, com iniciativas lideradas pela comunidade voltadas para o ensino de crianças e recém-chegados, garantindo a continuidade linguística apesar das influências externas. Apesar de sua resiliência, as comunidades indígenas de Umariáçu I e II enfrentam inúmeros desafios impostos pela modernização, degradação ambiental e externalização cultural.

Embora suas tradições sirvam como âncoras vitais para sua identidade, ameaças externas e desafios da modernização representam riscos significativos para sua continuidade cultural. Não obstante, seus esforços proativos para preservar e adaptar suas expressões culturais ressaltam seu espírito resiliente e profunda conexão com sua herança ancestral. Compreender e apoiar os esforços dessas comunidades são passos essenciais para salvaguardar suas identidades únicas e fomentar o respeito à diversidade indígena dentro do contexto social mais amplo. Suas histórias de resiliência e orgulho cultural servem como poderosos lembretes da importância da preservação cultural diante das inevitáveis mudanças.

REFERÊNCIAS

ACUÑA, Cristobal de. **Novo Descobrimento do Rio Amazonas**. (Edição, tradução e notas de Antonio Esteves). Montevideu: Oltaver, 1994.

ALMEIDA, Fabio Vaz R. de. **“Desenvolvimento sustentado entre os Ticuna: as escolhas e os rumos de um projeto”**. In: Bol. Mus. Para. Emilio Goeldi, ser. Cienc. Hum. abr. 2005, vol.1, no.1.

BRASIL, Congresso Nacional. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, 1988.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília DF: Senado, 1999.

ÍNDIOS no Brasil - Que são: **Fundação Nacional do Índio (FUNAI)**. Brasília. Disponível em:

<http://www.funai.gov.br/index.php/indiosnobraisl/quem-sao>. Acessado em abril de 2020

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo 2010**. Disponível em:

<http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acessado em março de 2020

_____. **Os indígenas no censo Demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: http://indigenas.ibge.gov.br/imagens/estudo/indigena_censo2010.pdf. Acessado em mar. de 2020

ISA. Instituto Socioambiental. **População Ticuna**. 2020. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/ticuna/1666>. Acessado em abril de 2020.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Os índios e a cidadania**. In: Cadernos da TV Escola – Índios no Brasil, Brasília, v. 3, p. 25-46, 1999. MELIÀ, Bartomeu. Educação indígena e alfabetização. São Paulo: Loyola, 1979.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Os índios Tukuna (1929)** In: Textos indigenistas. São Paulo: Loyola, 1982.

OLIVEIRA, Samuel. R. **O PROCESSO EDUCACIONAL DA CULTURA INDÍGENA TICUNA NA REGIÃO DO ALTO SOLIMÕES**. São Bernardo do Campo, SP; 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Metodista, 2012.

OLIVEIRA, João Pacheco de. (org) – **Sociedades indígenas e indigenismo no Brasil**. Rio de Janeiro, Marco Zero/UFRJ, 1987.

_____. **“O Nosso Governo”: os Ticuna e o Regime Tutelar**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

_____. **Indigenismo e Territorialização**: Poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo. 1a. ed. Rio de Janeiro: Contracapa Livraria, 1998. v. 2000.

_____. **Ação indigenista e utopia milenarista**: as múltiplas faces de um processo de territorialização entre os Ticuna. In: ALBERT, Bruce, RAMOS, Alcida Rita (orgs.). Pacificando o branco: cosmologias do contato no Norte-Amazônico. São Paulo: Unesp, 2002.

OLIVEIRA, João Pacheco de. & ROCHA FREIRE, C.A. – **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília, SECAD/MEC e UNESCO, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. ONU, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 169 da OIT sobre Povos indígenas e Tribais em países Independentes**. OIT, 1989. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/info/download/conv_169.pdf. Pesquisa realizada em: 10 de outubro de 2019.

SOARES, M. Facó. **Subespecificação tonal e tom default: o caso Tikuna**. In: CABRAL, A.S.A.C. & RODRIGUES, A.D. (org.) Estudos sobre línguas indígenas I. Belém: UFPA, 2001

SASSAKI, Romeu, K. Inclusão. **Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: 1997.